

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

CIDADE, CIDADANIA E SEGMENTAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL

Sergio de Azevedo (UENF)

Orlando Alves Santos Junior (IPPUR/UFRJ)

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

# Cidade, Cidadania e Segmentações Socioterritoriais no Brasil

## Resumo

O presente artigo é resultado de um projeto comparativo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ICS-UL, sobre a análise da cultura política e as atitudes sociais de brasileiros e portugueses. O objetivo do texto é apresentar os primeiros resultados de dois *surveys* realizados no Brasil – um na escala nacional e outro na dimensão intra-metropolitana no Rio de Janeiro, traçando, quando possível, algumas comparações com os resultados da pesquisa realizada em Portugal. São duas as questões teóricas que unificam as intervenções propostas. A primeira pode ser sintetizada no tema da participação e democracia, através do qual se pretende abordar as relações do cidadão com o Estado em uma perspectiva histórica e comparada, de acordo com um conjunto preocupações clássicas relativas ao funcionamento da democracia. Trata-se de buscar a relação do vem sendo designado como Nova Cultura Política (NCP). A outra questão parece estar diretamente relacionada aos impactos que os processos de diferenciação, segmentação e segregação sócio-espacial têm ocasionado na vida social, nos padrões de interação e na cultura cívica das grandes cidades. Assim, ao longo desse artigo exploratório buscamos evidenciar a emergência de novos laços entre a cidadania e a condição urbana, partindo do suposto que as bases empíricas produzidas nos permitem atualizar a tese clássica da sociologia urbana segundo as quais o exercício da cidadania – *maxime*, a cidadania política – seria não só influenciada pelo modo de vida citadino, como constituiria mesmo a manifestação do “urbanismo” em sentido sociológico.

## Introdução

O Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ICS-UL vêm desenvolvendo um projeto comparativo sobre a análise da cultura política e as atitudes sociais de brasileiros e portugueses no marco das redes *do Internacional Survey Research Programme (ISRP) e da European Social Survey (ESS)*<sup>1</sup>. Em 2004 foi elaborado um novo questionário sobre o tema da cidadania, com questões específicas que permitissem capturar os eventuais efeitos das grandes cidades no exercício da cidadania em Lisboa e Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

O objetivo do texto é apresentar os primeiros resultados dos dois *surveys* realizados no Brasil – um na escala nacional e outro na dimensão intra-metropolitana no Rio de Janeiro, traçando, quando possível, algumas comparações com os resultados da pesquisa realizada em Portugal.

### 1. Cultura Política e Cidade: quadro de referência.

São duas as questões teóricas que unificam as intervenções propostas. A primeira pode ser sintetizada no tema da participação e democracia, através do qual se pretende abordar as relações do cidadão com o Estado em uma perspectiva histórica e comparada, de acordo com um conjunto preocupações clássicas relativas ao funcionamento da democracia, a socialização política, a ação cívica, a participação dos cidadãos na vida pública, as dimensões das identidades coletivas e suas

representações, assim como outros assuntos relativos a qualidade da democracia. Trata-se de buscar a relação do vem sendo designado como Nova Cultura Política (NCP).

A teoria democrática hegemônica vem insistindo no valor pleno do exercício da cidadania, seja na perspectiva clássica (MARSHALL, 1967), seja na sua versão neo-pluralista mais recente (DALH, 1963, 1997; SARTORI, 1994). Não obstante, sob essas abordagens, as condições do exercício da cidadania não receberam a devida atenção nas últimas décadas, existindo um hiato temporal e teórico considerável entre a obra clássica de T.H. Marshall e o retorno atual do tema sob a influência de novos autores nas últimas duas décadas (TURNER 1990; CABRAL, 2000). Isto é, enquanto as obras clássicas difundiram a percepção de que a extensão da cidadania era um processo histórico desde os direitos civis e políticos até os de caráter social, as recentes interpretações, além de incorporarem a dimensão dos chamados direitos difusos (meio-ambiente, multiculturalismo, biodiversidade, orientação sexual, entrem outros) convergem na constatação da existência de um crescente déficit de participação política e de menor identificação da população com as instituições democráticas – pelo menos desde a década dos noventa do século passado – seja tanto nas democracias consolidadas do primeiro mundo como nas chamadas “novas democracias” dos países emergentes (O’DONELL, 1999).

Com exceção de Robert Putnam, há escassa literatura quanto ao que podemos denominar “efeito metrópole”, isto é, o possível impacto da vida metropolitana sobre o exercício efetivo dos direitos de cidadania política, assim como as suas modalidades concretas de expressão. Ainda que Putnam veja nas tendências recentes de periferização recentes das grandes metrópoles (*‘urban sprawl’*) uma das explicações possíveis da crescente erosão do capital social nos Estados Unidos (PUTNAM, 2000), outros sustentam o argumento inverso. Por exemplo, Terry N. Clark e os participantes do projeto FAUI vêm analisando durante os últimos trinta anos a evolução da cultura política a nível local, concluindo que as tendências de emergência de uma “Nova Cultura Política” está se consolidando até ao nível nacional dos partidos políticos (CLARK e INGLEHART, 1990). Como ligar estas duas tendências? Uma possibilidade seria entender que a NCP constitua uma transformação de caráter societal de normas e valores, derivada de mudanças das estruturas socioeconômicas das sociedades desenvolvidas e tendo como um dos seus resultados a erosão das formas tradicionais de interação cívica e social, como detectada por Putnam. Assim, as mudanças de normas e valores que o projeto FAUI vem analisando (CLARK e REMPEL, 1997) afetam não somente aos conteúdos da agenda (desde temas materialistas com base em clivagens das classes, esquerda/direta, etc) como engendram uma combinação de atitudes conservadoras com respeito a temas fiscais e sociais acopladas a comportamentos liberais progressistas em relação aos costumes e estilos de vida, além da adoção de novas formas de ação política.

A outra questão parece estar diretamente relacionada aos impactos que os processos de diferenciação, segmentação e segregação sócio-espacial têm ocasionado na vida social, nos padrões de interação e na cultura cívica das grandes cidades. O sociólogo Lóïc Wacquant (2001) vem se dedicando à análise dos impactos do processo de segregação residencial dos trabalhadores negros americanos e os descendentes dos migrantes na França na *desertificação organizacional cívica* das grandes cidades e o conseqüente desenvolvimento de atitudes individualistas pouco afeitas a ações coletivas. Em um dos seus trabalhos Wacquant, utilizando o conceito de Bourdieu, o autor chega a mencionar o surgimento de uma modalidade de capital social negativo nos guetos americanos, no sentido de seu uso despossuir os moradores da capacidade de exercerem direitos

de cidadania e reivindicarem serviços públicos, tornando estes espaços lugares de exclusão cívica.

Em resumo, trata-se de estudar os efeitos da urbanização generalizada cujo traço marcante parece ser a dissociação entre urbanização e progresso, por um lado, e entre sociedade, economia e território, por outro. A expressão deste fenômeno é a constatação de que entre as 33 megalópoles anunciadas pelos organismos para 2015, 27 estarão nos países menos desenvolvidos e somente Tóquio, entre os países desenvolvidos estará entre as 10 maiores cidades do mundo. O. Mongin (2005) anuncia o surgimento de “dois mundos”, correspondendo a duas condições urbanas: um mundo da cidade, onde o poder, a riqueza e o centro estarão localizados e o mundo do urbano generalizado. Trata-se da total separação entre a *urbes* e o *civitas*, fazendo surgir novas formas de cidades (metrópoles, megalópoles, cidades globais, etc.). Neste contexto de compreensão do processo de urbanização na era da mundialização em que a economia se organiza em redes flexíveis, nos parece ter sentido buscar entender o *efeito-metrópole* sobre a cultura política, que distinguiremos do efeito-cidade propriamente dito, isto é, o fato de residir no núcleo urbano central de uma metrópole moderna – sobre o mesmo fenômeno do exercício dos direitos da cidadania.

Esta questão é de particular interesse para a reflexão sobre os impasses enfrentados no Brasil na transformação dos novos direitos políticos e sociais conquistados desde a reforma da constituição de 1988. Com efeito, a sociedade brasileira está experimentando de maneira concentrada os efeitos da díade contraditória decorrente do aprofundamento do processo de transformação da nossa matriz sociocultural, cuja principal manifestação é o avanço da modernização e a conseqüente difusão dos valores igualitários-individualistas (pela escola, pelo mercado, pela política, pela religião), baseados na retórica do “universalismo de procedimentos” (NUNES, 1997), concomitante com uma retração contínua da legitimidade hierárquica-holista tradicional, baseada em laços assimétricos de solidariedade e reciprocidades abertas (NUNES, 1997; DAMATTA, 1979; PUTNAM, 1996). Ao mesmo tempo em que a economia, as instituições e o território excluem, desigualam e segregam, com enorme potencial corrosivo da crença de estar toda a população na mesma sociedade, compartilhando o mesmo projeto de futuro (SOARES, 1997).

Os resultados de pesquisa já obtidos nas pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrópoles sobre o padrão de segregação das metrópoles brasileiras sugerem que elas exprimem de maneira nítida, na sua territorialidade e sociabilidade, a crise do modelo híbrido de interação social com fortes efeitos sobre a ordem urbana brasileira. Ou seja, as metrópoles brasileiras vivem um momento histórico no qual este padrão vem sendo transformado sob o impacto de vários processos de mudanças culturais e políticas, fato assinalado por diversos autores (RIBEIRO, 2004). De um lado, os valores igualitários e competitivos são difundidos na sociedade, seja pela universalização da escola pública, seja pela nova dinâmica econômica gerada pela globalização, que clama a todos se tornarem consumidores dos produtos da modernidade, seja ainda pela difusão de uma cultura de direitos de cidadania. Ao mesmo tempo, a reconfiguração social das altas classes médias, a construção da percepção coletiva de declínio e perda de prestígio, e a difusão da “cultura do medo” criam justificativas para a des-responsabilização social dos “patrões” com relação às trocas de proteção, recursos, benefícios a que eram obrigados como contrapartida da submissão. Duas conseqüências podem ser identificadas desta crise: de um lado, a passividade decorrente da crença que a pobreza, o desamparo, a precariedade, resultam da

incapacidade dos próprios pobres em enfrentar as novas condições sociais; de outro lado, a hierarquia sem nenhum tipo de mutualidade tradicional é reduzida ou pode ser entendida pela classe baixa, como reduzida a sua estrutura vertical formal e instrumental. Ou seja, a dualidade pode estar sendo interpretada como um incentivo ao individualismo hobbesiano, onde o uso da força parece ser o caminho para obter os recursos, os benefícios, a proteção e a honra.

## **2. Cultura Política e o “efeito metrópole” nas grandes cidades Brasileiras**

No estudo comparativo que Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ vem desenvolvendo com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ICS-UL sobre a análise das atitudes sociais de brasileiros e portugueses, parte-se da hipótese que haveria um “efeito-metrópole” sobre o exercício da cidadania política. Em outras palavras, uma vez controladas variáveis clássicas como nível de escolaridade, renda, gênero, faixa etária etc, poder-se-ia isolar um fator residual (formado pelas múltiplas interações de inúmeros issues) disponível em maior escala nas grandes metrôpoles, capaz de permitir a gestação e expansão progressiva do que se poderia denominar de Nova Cidadania Política (NEP).

Pelas análises dos autores que defendem esse enfoque, entre os quais se enquadra Manuel Vilaverde Cabral e Felipe Carreira da Silva (CABRAL & SILVA,2006), essa nova cidadania política, segundo nossa leitura, associaria valores pós-modernos, com ênfase na defesa dos direitos individuais, maior tolerância para diferentes padrões de comportamento, abertura para experimentação no plano individual, menor grau de subordinação às normas preconizadas pelo Estado (daí a menor valorização de comportamentos que valorizam sobremaneira: o pagamento de imposto, prestação do serviço militar, entre outros, relativamente aos pressupostos da dimensão cívica da noção clássica de cidadania moderna), via de regra acompanhado de um certo conservadorismo à nível de políticas econômicas. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que enquanto nas áreas mais urbanizadas, especialmente habitadas por setores homogêneos com maior capacidade de inserção social e econômica, tenderia a prevalecer traços dessa cidadania pós-moderna em contraposição às demais áreas urbanas, que manteriam maior cristalização dos valores da cidadania clássica hegemônica do século passado, composta por suas dimensões jurídica, política e social e sua inerente fricção entre a dimensão civil (direitos individuais) e cívica (direitos coletivos).

Em outras palavras, segundo a abordagem descrita, seria lícito concluir, como afirma Manuel Vilaverde, que hoje em dia, o exercício dos direitos de cidadania tende a manifestar-se de forma mais expressiva através da “geometria variável” da auto-mobilização do que do simples associativismo, isto é, utilizando formas convencionais do “capital social”.

Essa pesquisa possui um caráter exploratório, mas a perspectiva de análise é extremamente instigante e promissora para avançarmos no campo acadêmico na intrigante relação entre cidadania, cultura política e o papel do território – nesse caso as grandes metrôpoles – e quiçá, em um segundo momento, para subsidiar a intervenção dos diversos atores políticos na arena urbano-metropolitana. Os dados preliminares levantados pelas pesquisas de campo indicam pistas interessantes para reflexões, teóricas, ainda que não apresentem grau de significância estatística relevante. Trata-se de um campo em formação que vai exigir debates e formulações aprofundadas, acompanhadas da utilização de novos instrumentos estatísticos mais sofisticados, capazes de isolar um maior número possível de variáveis intervenientes. Além do mais, como

veremos sucintamente entre Brasil e Portugal, a possibilidades de análises comparativas entre vários países apresentam, ainda, maiores desafios, devido as idiossincrasias peculiares da estrutural social, econômica e político-cultural de cada um deles. Nesse sentido, mesmo resultados similares podem ter causas e significados extremamente diferentes, ou seja, os números por mais importantes que sejam não são auto-explicáveis, necessitando da abordagem teórica para que possam ganhar sentidos.

### 3. O associativismo nas metrópoles brasileiras

Parece possível afirmar que prevalece no Brasil um baixo grau de associativismo, com 27% das pessoas adultas de 18 anos ou mais de idades, moradoras das Regiões Metropolitanas, filiadas à organizações associativas, como pode ser constatado no Suplemento da Pesquisa Mensal de Empregos – PME, realizada pelo IBGE em abril de 1996<sup>3</sup>. Assim, o que chama a atenção na pesquisa que empreendemos não é tanto o baixo associativismo, que permanece sendo um traço da cultura sociopolítica brasileira, mas as diferenças percebidas de um lado, entre os diversos tipos de associativismo e entre os núcleos das metrópoles e as demais áreas do país (Tabelas 1) e entre o núcleo metropolitano do Rio de Janeiro e sua periferia (Tabela 2).

De uma forma geral, sobressaem os níveis de filiação a igrejas ou organizações religiosas, seguidas dos sindicatos e associações profissionais e dos grupos desportivos, qualquer que seja a área considerada, exceto nas áreas metropolitanas onde o nível de filiação aos grupos desportivos é levemente superior à filiação a sindicatos e associações profissionais.

**Tabela 1 – Associativismo: Brasil, 2006**

<b>Formas de associativismo</b>	<b>Metropolitano</b>	<b>Não Metropolitano</b>	<b>Brasil</b>
Partido Político	0,17	0,25	0,23
Sindicato, grêmio, associação profissional	0,50	0,44	0,46
Igreja ou organização religiosa	0,99	1,24	1,18
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,58	0,39	0,43
Outra associação voluntária	0,34	0,25	0,27

Obs. Avalia a atitude através de índice de 0 a 3 (3 – Participa ativamente; 2 - Pertence, não participa ativamente; 1 - Já pertenceu; 0 - Nunca pertenceu).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

**Tabela 2 – Associativismo: Rio de Janeiro, 2006**

<b>Formas de associativismo</b>	<b>Rio e Niterói</b>	<b>Baixada Fluminense</b>
Partido Político	0,20	0,12
Sindicato, grêmio, associação profissional	0,42	0,26
Igreja ou organização religiosa	1,17	1,15
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,45	0,23
Outra associação voluntária	0,27	0,17

Obs. Avalia a atitude através de índice de 0 a 3 (3 – Participa ativamente; 2 - Pertence, não participa ativamente; 1 - Já pertenceu; 0 - Nunca pertenceu).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

As diferenças aparecem quando se constata que os núcleos metropolitanos apresentam maiores níveis de associativismo no que concerne à filiação a sindicatos, associações profissionais, grêmios esportivos e culturais e a outras associações voluntárias, enquanto as áreas não metropolitanas se destacam por apresentarem maiores níveis de filiação a igrejas ou organizações religiosas e a partidos políticos. Poder-se-ia dizer que as metrópoles tendem a serem um pouco menos religiosas que o restante das áreas urbanas. Por outro lado – apesar de suas baixas representatividades – os partidos políticos nas cidades menores, “*vis-a-vis*” às metrópoles, se apresentam instrumentalmente com maior cacife. Observe-se, ainda, que em Portugal os níveis de filiação a associações civis não diferencia a metrópole de Lisboa das demais cidades de Portugal (Quadro 1).

No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no entanto, observa-se que o núcleo metropolitano apresenta níveis de filiação superior à periferia, qualquer que seja o tipo de organização considerado, onde apenas a filiação a igreja ou organizações religiosas alcançou níveis semelhantes.

**Quadro 1 – Associativismo: Portugal, 2006**

<b>Formas de associativismo</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Portugal ñ metropolitano</b>
Partido Político	<b>0.17</b>	<b>0.16</b>
Sindicato, grêmio ou associação profissional	0.47	0.36
Igreja ou organismo religioso	<b>0.82</b>	<b>0.84</b>
Grupo desportivo, recreativo ou cultural	0.59	0.42
Outra associação voluntária	<b>0.35</b>	<b>0.27</b>

Obs. Avalia a atitude através de índice de 0 a 3 (3 – Participa ativamente; 2 - Pertence, não participa ativamente; 1 - Já pertenceu; 0 - Nunca pertenceu).

Fonte: (CABRAL & SILVA, 2006)

#### **4. A mobilização política**

Em geral, tal como observado nos demais países onde a pesquisa foi aplicada, o Brasil apresenta níveis de mobilização sociopolítica superiores aos níveis de filiação a organizações associativas, ao mesmo tempo em que estes níveis se mostram mais elevados nos pólos metropolitanos do que nas demais áreas do país, o que poderia caracterizar a adoção de práticas vinculadas à nova cultura política, tal como apontado na literatura, apesar de, diferentemente daqueles, constatarmos níveis extremamente baixos de mobilização política no país (Tabela 3), como pode ser verificado através da comparação com os índices encontrados para Portugal (Quadro 2)<sup>4</sup>. Da mesma forma, não obstante serem menos significativas, também se observa níveis de mobilização sociopolítica mais elevados no núcleo da metrópole fluminense do que na sua periferia (Tabela 4). Assim, há indícios que, apesar de crescente, as práticas que caracterizariam a presença da nova cultura política são ainda incipientes entre nós, persistindo a força relativa das organizações associativas.

**Tabela 3 – Mobilização Política: Brasil, 2006**

<b>Ação Político-social</b>	<b>Metropolitano</b>	<b>Não Metropolitano</b>	<b>Brasil</b>
Assinar petição ou fazer abaixo assinado	1,32	1,10	1,15
Boicotar produtos	0,74	0,44	0,51
Participar em manifestações	0,90	0,72	0,76
Participar em comícios ou reuniões políticas	0,96	1,10	1,07
Contatar políticos para expressar sua opinião	0,64	0,58	0,60
Dar dinheiro para causas públicas	0,63	0,61	0,61
Contatar ou aparecer na mídia	0,55	0,42	0,45
Participar de fórum ou grupo de discussão pela Internet	0,59	0,39	0,44
Participar de greve	0,72	0,45	0,51

Observações: Avalia o comportamento com índice de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria)

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

**Quadro 2 – Mobilização Política: Portugal**

Médias: Escala: 1- nunca o faria; 2 – não fez, mas poderia fazer; 3 – fez em anos anteriores; e 4 – fez no último ano	Lisboa	Portugal ñ metropolitano
Assinar uma petição	2.40	2.04
Comprar ou não produtos por razões políticas, éticas e ambientais	2.17	1.92
Participar numa manifestação	2.17	1.86
Participar num comício	1.97	1.80
Contatar político ou alto funcionário do Estado	1.91	1.71
Dar dinheiro ou recolher fundos para causas públicas	2.66	2.61
Contactar/aparecer na media	1.84	1.63
Participar num fórum através da Internet	1.79	1.54

Fonte: CABRAL & SILVA, 2006

**Tabela 4 – Mobilização Política: Rio de Janeiro, 2006**

<b>Ação Político-social</b>	<b>Rio e Niterói</b>	<b>Baixada Fluminense</b>	<b>Total</b>
Assinar petição ou fazer abaixo assinado	1,18	1,01	1,12
Boicotar produtos	0,65	0,61	0,64
Participar em manifestações	0,82	0,69	0,77
Participar em comícios ou reuniões políticas	0,82	0,78	0,80
Contatar políticos para expressar sua opinião	0,56	0,59	0,57
Dar dinheiro para causas públicas	0,51	0,53	0,52
Contatar ou aparecer na mídia	0,52	0,46	0,50
Participar de fórum ou grupo de discussão pela Internet	0,54	0,47	0,51
Participar de greve	0,56	0,51	0,54

Observações: Avalia o comportamento com índice de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria)

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

Nesse sentido, talvez seja interessante refletir sobre o peso da relação entre associativismo e mobilização no Brasil. No caso de Portugal, parece que há uma relativa dissociação entre esses dois processos, com o menor peso relativo dos níveis de associativismo quando comparado com o grau de mobilização que caracteriza a nova cultura política. No Brasil, pelo contrário, os processos de mobilização sóciopolíticos podem estar sendo ainda fortemente impulsionados pelas organizações associativas existentes. A título de ilustração, as pesquisas realizadas no âmbito do Observatório das Metrôpoles nas metrópoles brasileiras não deixam dúvidas sobre o alto grau de participação cívica dos conselheiros em instituições clássicas, não apenas como filiados (acima de 40% em partidos políticos, enquanto a média da população é de 3%<sup>5</sup>), mas sobretudo na forma de ações sociopolíticas, uma vez que entre os conselheiros da sociedade civil, 56% afirmam que participaram de pelo menos uma atividade entre manifestações, trabalho voluntário, reuniões de grupos locais e greves no ano anterior a pesquisa realizada (Tabela 5). Esse dado indica um forte grau de mobilização político social dos conselheiros junto às entidades as quais estão vinculados, em relação ao baixo índice da população em geral acima mencionado (SANTOS JUNIOR, RIBEIRO e AZEVEDO, 2004).

<b>Intensidade de Participação</b>	<b>Governo</b>	<b>Sociedade Civil</b>
<b>Alto Engajamento</b>	52.40%	46.80%
<b>Baixo Engajamento</b>	47.60%	53.20%
<b>Total</b>	100.00%	100.00%

Obs.

I. **Alto Engajamento:** Conselheiros associados a partidos, sindicatos e outros tipos de associações civis que participaram em manifestações, trabalho voluntário, reuniões de grupos locais e greves.

II. **Baixo Engajamento:** Conselheiros que mesmo associados formalmente a alguma das organizações mencionadas não participaram recentemente das atividades sociopolíticas acima descritas ou somente atuaram através de abaixo-assinados

Fonte: IPPUR/UFRJ, PUC/SP, PUC/MG, UFPA, UFPE, FASE, 1999-2001. Tabulação especial do Observatório (IPPUR/UFRJ - FASE, 2004).

Outro tema, aparentemente surpreendente, relacionado com as extremas diferenças entre lideranças comunitárias *vis-a-vis* a população em geral, diz respeito a escolha majoritária de representantes de estratos médios para atuarem como conselheiros municipais. Uma abordagem mais conservadora seria a do controle dos setores médios sobre as organizações consideradas populares. Outra interpretação possível, de cunho progressista, seria entender que, devido a extrema desigualdade brasileira, a existência de “submundos” sociais – nas palavras de Fábio Wanderley Reis – com baixa articulação e porosidade entre si, que apresentariam inclusive semelhanças com castas (REIS, 2000). Essas peculiaridades não só dificultaria a formação de um mercado universal, como tornaria extremamente desvantajoso para os estratos populares a competição por verbas públicas junto ao Estado. Em uma situação desse tipo pode ser lógico escolher como representantes pessoas capazes de “falar a língua das elites” como forma de buscar maximizar os interesses populares. (ABRANCHES e AZEVEDO, 2004)

Por fim, é necessário considerar, ainda, que quanto maiores os níveis de escolaridade, maiores os níveis de associação civil e de mobilização da população, como pode ser evidenciado na Tabela 6. Em um contexto social marcado por grandes desigualdades educacionais, como no caso brasileiro, e levando-se em conta que somente 27% das pessoas com mais de 18 anos estão associadas a organizações representativas da sociedade nas metrópoles brasileiras (IBGE, 1997; Santos Junior, 2001) tal fato apresenta-se como um fator de risco de reprodução das desigualdades sociais, tendo em vista que a dinâmica de participação cívica nas metrópoles brasileiras ainda é restrita a um pequeno segmento social que convive com a apatia política de amplas parcelas da população.

**Tabela 6 – Mobilização Sociopolítica e Escolaridade – Brasil, 2006**

<b>Ação Político-social</b>	Até 4ª série Fundamental	5ª a 8ª série Fundamental	Ensino Médio	Superior	Brasil
Assinar petição ou fazer abaixo assinado	0,90	1,11	1,28	1,65	1,15
Boicotar produtos	0,34	0,52	0,57	0,81	0,51
Participar em manifestações	0,54	0,70	0,92	1,15	0,76
Participar em comícios ou reuniões políticas	0,95	1,05	1,19	1,23	1,07
Contatar políticos para expressar sua opinião	0,43	0,58	0,69	0,89	0,60
Dar dinheiro para causas públicas	0,53	0,64	0,65	0,75	0,61
Contatar ou aparecer na mídia	0,30	0,43	0,53	0,74	0,45
Participar de fórum ou grupo de discussão pela Internet	0,20	0,40	0,54	1,01	0,44
Participar de greve	0,30	0,50	0,63	0,89	0,51

Observações: Avalia o comportamento com índice de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria)

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

## 5. Os Deveres do Bom Cidadão

Diferentemente da *Prática do Exercício da Cidadania*, onde os índices de participação concreta são extremamente baixos tanto no Brasil (metropolitano ou não metropolitano) como no estado do Rio de Janeiro (em todas as suas regiões) – estando quase todos abaixo de 1 em uma escala de 0 a 3 – no referente a Opinião sobre o Exercício da Cidadania, ao contrário, os índices são extremamente altos, pois em uma escala de variação de 1 a 7, oito dos dez índices apresentam intensidade acima de 5 e os dois restantes acima de 4, tanto nacionalmente como em relação ao estado do Rio de Janeiro (Tabela 7 e 8).

Ressalte-se que os dois temas de menor pontuação são “Escolher os Produtos que Consome” e o segundo, bastante preocupante, diz respeito a intensidade da importância das “Associações, Sindicatos e Partidos”.

O primeiro caso, talvez possa ser explicado pelo ainda fraco movimento de defesa do consumidor *vis-a-vis* aos países do chamado primeiro mundo. Por um lado, os avanços institucionais nessa área – entre eles a criação do Código de Defesa do Consumidor, a criação de órgãos governamentais municipais de defesa do consumidor – possuem menos de três décadas, por outro, devido a extrema desigualdade do país, a maioria da população pobre, como é racional,

prioriza o acesso a “quantidade” de produtos necessários para sua sobrevivência, em relação à “qualidade”. Isso tem mudado de forma incremental primeiramente em relação aos produtos consumidos pela classe média (relativamente pequena) e, de forma mais lenta, no referente aos produtos de consumo de massa.

**Tabela 7 – Deveres do Bom Cidadão: Brasil, 2006**

<b>Opinião sobre o Exercício da Cidadania</b>	<b>Metropolitano</b>	<b>Não Metropolitano</b>	<b>Brasil</b>
Votar nas eleições	5,32	5,79	5,68
Nunca sonegar impostos	5,61	5,74	5,71
Obedecer às leis	6,03	6,15	6,12
Manter-se informado sobre o Governo	5,50	5,74	5,68
Associações, Sindicatos e Partidos	4,18	4,74	4,61
Compreender a maneira de pensar das pessoas	5,56	5,80	5,74
Escolher os produtos que consome	4,26	4,39	4,36
Ajudar as pessoas necessitadas do Brasil	6,25	6,52	6,46
Ajudar as pessoas de outras partes do mundo	5,79	6,37	6,23
Serviço militar	4,54	5,21	5,05

Observações: Indicador de 1 a 7 , sendo 7 - Muito importante e 1 - Nada importante.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

**Tabela 8 – Deveres do Bom Cidadão: Rio de Janeiro, 2006**

<b>Opinião sobre o Exercício da Cidadania</b>	<b>Rio e Niterói</b>	<b>Baixada Fluminense</b>	<b>Total</b>
Votar nas eleições	5,42	5,36	5,40
Nunca sonegar impostos	5,68	5,81	5,73
Obedecer às leis	5,95	5,98	5,96
Manter-se informado sobre o Governo	5,62	5,78	5,68
Associações, Sindicatos e Partidos	4,61	4,90	4,72
Compreender a maneira de pensar das pessoas	5,84	5,94	5,88
Escolher os produtos que consome	4,58	5,21	4,82
Ajudar as pessoas necessitadas do Brasil	6,33	6,33	6,33
Ajudar as pessoas de outras partes do mundo	6,10	6,43	6,23
Serviço militar	5,06	5,52	5,23

Observações: Indicador de 1 a 7 , sendo 7 - Muito importante e 1 - Nada importante.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

O segundo caso, em relação às “Associações, Sindicatos e Partidos” essa menor importância relativa está associada às características do sistema político e social brasileiro, onde o “universalismo de procedimentos” - ainda que, na qualidade de retórica oficial, venha aumentando paulatinamente o seu espaço na história republicana do país – é sobrepujado ou aparece entrelaçado por outras “gramáticas” como o corporativismo, o clientelismo e, em menor grau, com o insulamento burocrático. Além do dilema micheliano (MICHELS, 1982), que

questiona a possibilidade de sindicatos, partidos políticos e associações civis em geral - teoricamente baseadas em relações simétricas entre seus membros - não serem capazes de funcionarem de forma democrática, no caso brasileiro, essas organizações enfrentariam, ainda, o fato da interveniência de outras gramáticas de bases relacionais ou corporativas (DAMATTA, 1979; NUNES, 1997)

Em termos relativos ao Brasil, quando comparamos as pessoas moradoras em áreas metropolitanas com aquelas que habitam áreas não metropolitanas, essas últimas parecem valorizar mais ações e comportamentos vinculados aos valores republicanos tradicionais. O mesmo acontece quando no caso do estado do Rio de Janeiro, comparamos a cidade de Niterói - formada majoritariamente por setores de classe média - com a capital e com a Baixada Fluminense, ou seja, também nessas últimas haveria, em princípios, predominância de valores republicanos. Esses dados, em princípios, paradoxais podem ser explicados pelo que Villaverde e Silva chamam de Nova Cidadania Política (NCP), que “é perceptível, sobretudo junto daqueles que exercem a sua cidadania política de forma auto-mobilizada. Estes últimos são também mais jovens do que aqueles que optam pela via do associativismo, o que sugere que a NCP é nova também porque jovens são os seus agentes” (CABRAL & SILVA, 2006)

No que concerne aos *deveres do bom cidadão* os maiores índices de intensidade, no caso brasileiro, nas duas tabelas apresentadas, se referem a obrigação de Ajudar Pessoas necessitadas, tanto as brasileiras como, inclusive, de outras partes do mundo. Claro que esse alto índice no referido quesito pode, em parte, estar vinculado a uma cultura cívica de solidariedade ou mesmo a nossa forte cultura cristã, que designa como mandamento primeiro “amar ao próximo como a si mesmo”. Entretanto e mais provável que esse comportamento seja decorrente, sobremaneira, do caráter fortemente relacional da nossa sociedade, que em termos de valores prioriza as necessidades do grupo familiar em sua perspectiva ampliada - que comporta, inclusive, amigos e agregados - em detrimento de interesses individualistas, visto como reprováveis socialmente. (DAMATTA, 1979). A persistência desse comportamento cultural de forma mecânica e, portanto, pré-reflexiva, ou seja, visto como natural, explica-se fortemente pelo papel do familiarismo como instrumento de sobrevivência pessoal em uma sociedade onde historicamente tanto o mercado capitalista, em termos econômicos, como o Estado, enquanto provedor de direitos sociais básicos, foram incapazes de proteger adequadamente as pessoas em momentos de crises. Ressalte-se, que essa estratégia é um traço que corta transversalmente toda a sociedade, sendo mais forte, evidentemente, entre setores populares e médios que apresentam famílias estruturadas de forma tradicional. Como no Brasil é comum se utilizar, concomitantemente, mais de uma gramática política (NUNES, 1997), não é por acaso que, mesmo mantendo o *top* de linha nas duas tabelas, essa opinião de *Ajudar as Pessoas*, seja levemente inferior nas regiões metropolitanas em relação às demais áreas urbanas. Essa diferença, ainda que pequena, poderia ser decorrente, tanto por uma maior desestruturação da chamada familiar clássica nas grandes cidades - onde cresce fortemente o número de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres - como por uma maior força relativa da gramática oficial do *universalismo de procedimento*, baseado no mérito individual e na valorização da privacidade pessoal.

A nossa hipótese se sustenta com dados comparativos internacionais que mostram como o Brasil apresenta o maior índice no quesito de valorizar a “ajuda a pessoas necessitadas de outros países”. Ressalte-se, na tabela abaixo, que os países com melhores programas de *welfare states*, como o Canadá e Suécia, apresentam pontuações muito menores que a brasileira.

**Tabela 9 - Deveres do Bom Cidadão**  
**Ajudar pessoas do resto do mundo que vivem em situação precária**

<i>País</i>	<i>Média</i>
Brasil*	6.23
Espanha	5.82
Portugal	5.81
Canadá	4.83
Suécia	4.78
Hungria	3.80

Observações: Indicador de 1 a 7, sendo 7 - Muito importante e 0 - Nada importante.  
 Fonte: International Survey Programme (ISSP) / European Social Survey (ESS) – 2006  
 \*Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ – 2006

Por outro lado, no que diz respeito à capacidade de mobilização social e política, em relação aos mesmos países acima, a situação se inverte completamente, ocupando o Brasil o último ranking.

**Tabela 10**  
**Índice de mobilização social e política**

<i>País</i>	<i>Média</i>
Canadá	2.37
Suécia	2.21
França	2.18
Portugal	1.97
Espanha	1.96
Hungria	1.33
Brasil*	0.78

Fonte: International Survey Programme (ISSP) / European Social Survey (ESS) – 2006  
 \*Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ – 2006

Observações: Avalia o comportamento com índices de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria)

Grosso modo, poderíamos caracterizar a média da população brasileira como apresentando um discurso fortemente comunitarista e solidário a povos em situação de carência, paralelamente a uma prática de mobilização social e política pífia em relação aos países do primeiro mundo acima citados. Essa nossa fragilidade permite elaborar uma hipótese de que países com altos graus de mobilização social e política – como Canadá, Suécia e França – mesmo que retoricamente sejam bem menos “altruistas” que o Brasil, na prática concreta seriam capazes de mobilizar ajudas a terceiros relativamente maiores que às nossas.

Por fim, no que se refere, especificamente, ao tema “Deveres do Bom Cidadão”, percebe-se que a situação de Portugal, em relação ao Brasil, apresenta algumas peculiaridades, segundo os índices da tabela abaixo.

**Tabela 11 – Deveres do Bom Cidadão: Portugal**

<b>Opinião sobre o Exercício da Cidadania</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Portugal ã metropolitana</b>
Votar sempre nas eleições	<b>5.89</b>	<b>6.00</b>
Nunca tentar fugir aos impostos	<b>6.23</b>	<b>6.27</b>
Obedecer sempre as leis e regulamentos	<b>6.30</b>	<b>6.33</b>
Manter atento a actividade do governo	<b>5.75</b>	<b>5.90</b>
Participar nas organizações sociais ou políticas	<b>4.67</b>	<b>4.91</b>
Tentar compreender diferentes opiniões	<b>5.92</b>	<b>6.00</b>
Usar produtos bons para a natureza, mesmo que caros	<b>5.50</b>	<b>5.64</b>
Ajudar pessoas em Portugal, que vivem pior	<b>6.04</b>	<b>6.15</b>
Ajudar pessoas do resto do Mundo que vivem pior	<b>5.70</b>	<b>5.83</b>
Disposto a prestar serviço militar	<b>4.82</b>	<b>4.90</b>

Observações: Indicador de 1 a 7 , sendo 7 - Muito importante e 0 - Nada importante.

Fonte: (CABRAL & SILVA, 2006)

Em termos de semelhanças, primeiramente todos os quesitos apresentam nos dois países forte pontuação. Em segundo lugar, as relações entre áreas metropolitanas e demais áreas urbanas são similares as encontrada no Brasil. Ainda que por diferenças pouco (ou não) significativas as áreas não metropolitanas apresentam uma maior intensidade de apoio aos ideários clássicos ou modernos dos *deveres do bom cidadão*, ou seja, prevaleceria nas regiões metropolitanas uma maior peso da chamada Nova Cidadania Política (NCP) ou cidadania neo-modernista . Além disso, nos dois países a participação em *organizações sociais e políticas* e o item de menor pontuação. Obviamente dados similares em dois países bastante diferenciados podem ser decorrentes de fatores diversos. Nesse sentido, por exemplo, a menor pontuação dada pelos portugueses metropolitanos ao associativismo social e político pode decorrer tanto do desencanto das formas clássicas de representação como por um mais forte *ethos* individual decorrente da nova forma de inserção em uma sociedade europeia fortemente marcada pela produção flexível, pela crise da sociedade assalariada, pela predominância de pertencimento simultâneo e não totalmente comprometido com diversas redes, entre outros fatores.

No caso brasileiro, em que sequer fomos capazes de consolidar a *Res-publica* a menor pontuação relativa desse item pode decorrer de uma situação de certa anomia, onde sequer o associativismo chegou a apresentar a importância que desfrutou no século passado na Europa, ou nos EEUU desde o século XVIII, retratado no clássico *A Democracia na América* de Tocqueville (1987).

Em termos de diferenças ressalta-se no Brasil com maior pontuação o quesito *Ajudar as Pessoas*, que discutimos anteriormente, já em Portugal prevalece tanto o dever de *Obedecer as leis e regulamentos* como o de *nunca fugir aos impostos*. Evidentemente, também, aqui não caberia afirmar que possuímos maior influencia da NCP, em função dos nossos menores escores nessas áreas. Seguramente pode-se levantar varias hipóteses plausíveis sobre a menor importância relativa desses temas no Brasil, mas provavelmente seriam marcados por idiosincrasias locais.

## 6. A guisa de conclusão

Ao longo desse artigo exploratório buscamos evidenciar a emergência de novos laços entre a cidadania e a condição urbana. Pretendemos continuar gerando a partir dessa pesquisa em parceria com nossos colegas portugueses um conjunto de informações empíricas de caráter *cross-national* que nos permitam revisitar a referência clássica de Max Weber sobre a dimensão urbana da cidadania. Partimos do suposto que estas bases empíricas nos permitem atualizar a tese clássica da sociologia urbana segundo as quais o exercício da cidadania – *maxime*, a cidadania política – seria não só influenciada pelo modo de vida citadino, como constituiria mesmo a manifestação do “urbanismo” em sentido sociológico da obra clássica de L. Wirth (WIRTH, 1979). Inversamente, ter-se-á também oportunidade de testar contra-tendências, segundo as quais a evolução das grandes metrópoles – em suma, a sua transformação em áreas metropolitanas profundamente distintas das cidades que estavam na origem da teoria weberiana e da sociologia política urbana – estaria atualmente gerando efeitos contrários à produção de “capital social” e à manutenção de redes de solidariedade favoráveis às formas convencionais do exercício da cidadania.

Por outras palavras, trata-se de refletir sobre as relações entre, por um lado, a vida urbana em geral e as camadas sociais metropolitanas em especial e, por outro lado, o exercício dos direitos de cidadania, concretamente em metrópoles e sociedades como a portuguesa e brasileira com tradições cívicas distintas do modelo liberal clássico (norte-americano e europeu) em que se baseia a corrente dominante dos estudos sobre a cidadania.

Estamos conscientes que os desafios que se apresentam nessa empreitada não podem ser subestimados, motivo qual acreditamos que os avanços serão incrementais e acumulativos. Em primeiro lugar, ainda que muito instigante, o conceito de Nova Cultura Política (NCP) está em gestação teórica sendo que sua aplicação para países emergentes como o Brasil exigirá a necessidade das devidas “reduções sociológicas” defendidas por Guerreiro Ramos. Do mesmo modo o que chamamos “efeitos metrópoles” – na verdade um complexo resíduo de interações entre inúmeras variáveis não possíveis de serem desagregadas – do ponto de vista estatístico deverá ser, no limite do possível, expurgado de variáveis clássicas como renda, educação, classe, gênero, etnia, acesso a infra-estrutura física, a serviços de consumo coletivos, saúde, entre outras.

Entre os pesquisadores das ciências sociais, torna-se cada vez mais hegemônica a posição de que instrumentais quantitativos sofisticados são fundamentais para permitir não só análises mais vigorosas como, também, corroborar na sustentação de abordagens teóricas. A grande contribuição dessas técnicas é a de permitir ao pesquisador ter acesso a uma grande gama de informações de forma consolidada sobre o fenômeno analisado. Entretanto, devemos distinguir entre descrição de um processo social – etapa preliminar indispensável - de interpretação dos dados levantados. Em outras palavras, os dados não são auto-explicáveis por si mesmo, necessitando de abordagens teóricas explícitas ou pressupostos valorativos implícitos – na maioria das vezes inconscientes – para que a análise realizada seja crível para o próprio pesquisador.

Esses desafios são ainda maiores quando nos propomos a realizar estudos comparativos como o que está em curso, onde determinados comportamentos similares em relação a determinados “issues” podem ser frutos de forma consciente ou não de motivações dispares e, por vezes,

contraditórias. A título de exercício teórico poderíamos construir uma hipótese de que mesmo de forma automática, isto é, não refletida, a propensão dos suecos e canadenses em teoricamente colaborar com outros países emergentes seriam influenciadas fortemente pelas suas vigorosas experiências de “Welfare State”, enquanto no Brasil - sem desprezar completamente a nossa formação cristã – seria decorrente de uma “estratégia de sobrevivência” fortemente marcada por laços de familiarismo extensivo, introjectada desde a tenra idade em todas as camadas sociais, ainda que mais fortes entre setores populares e de classe média onde predominam estruturas familiares clássicas. Nesse caso hipotético, qualquer comparação deveria ser, no mínimo, bastante matizada devido às idiossincrasias dos diferentes países.

Por fim, nas questões levantadas nos “surveys” devem-se distinguir as potencialidades e limites de diferentes tipos de dimensões analisadas. Assim, quando analisamos variáveis sobre diversos tipos de “mobilização social e política” – independentemente da abordagem teórica dos dados – estamos diante de mensuração substantivamente mais forte, onde é possível montar um contínuo onde em uma ponta encontra-se “não participei e nunca participaria” e na outra “participei anteriormente e participa atualmente”. Em contraposição, variáveis que procuram captar a “percepção” sobre determinados fenômenos - mesmo que importantes e necessárias – como é o caso das variáveis agrupadas sob a denominação de “Deveres do Bom Cidadão” apresentam normalmente maiores complexidades para análise, devido, entre outros motivos, a um grande número de variáveis intervenientes difíceis de serem detectadas e isoladas.

Apesar dos constrangimentos levantados, como forma de explicitar o grande desafio dessa empreitada conjunta, acreditamos nas potencialidades dessa pesquisa para colaborar nos estudos da questão da cidadania nas grandes metrópoles.

## **Bibliografia**

ABRANCHES, Mônica; AZEVEDO, Sergio de. “A Capacidade dos Conselhos Setoriais em Influenciar Políticas Públicas: realidade ou mito?” In. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, AZEVEDO, Sérgio de (organizadores). *Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

CABRAL, M. V. (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”, in M.V. CABRAL, J. VALA & J. FREIRE (orgs.), *Trabalho e Cidadania*., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-162.

CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Filipe Carreira da. *Cidade e Cidadania: o “efeito-metrópole” sobre o exercício da cidadania política*. Lisboa: 2006, mimeo.

CLARK, T. N., INGLEHART, R. “*The new political culture*”; paper apresentado na sessão do projecto FAUI, na reunião anual da Associação Americana de Ciência Política, Atlanta, Geórgia, Agosto 31-Setembro 3. Uma versão revista foi apresentada nas sessões do Research Committee 03, Associação Sociológica Internacional, Madrid, Espanha, Julho, 1990.

CLARK, T. N., REMPEL, M. (1997), *Citizens Politics in Post-Industrial Societies*, Boulder, Colo.: Westview Press, 1997

CLARK, T. N. & HOFFMANN-MARTINOT, V. (1998), *The New Political Culture*, Boulder, Colo.: Westview Press, 1998.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_, *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven: Yale University Press, 1963.

DAMATTA, Roberto Augusto. *Carnavais, Malandros ou Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

IBGE. *Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MICHELSONS, Robert [1911], *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MONGIN, O. *La Condition Urbaine*. La ville à l'heure de la mondialisation, Paris Seuil, 2005.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática e Política Comparada. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 577 – 654, 1999.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York: Simon & Schuster, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. São Paulo, Editora da USP, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e conflito. In: RIBEIRO, L.C.Q (org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. & O. A. SANTOS JUNIOR (1996), *Associativismo e participação popular: tendências da organização popular no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPPUR/FASE.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Democracia e Governo Local: dilemas da reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, AZEVEDO, Sérgio de (organizadores). *Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisada*. São Paulo, Editora Ática, 1994.

SOARES, L. E. “A duplicidade da cultura brasileira”, In: Souza, J. (Orgs.). *O malandro e o protestante*. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira, Editora UNB, Brasília. 1997

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Editora da USP, 1987.

TURNER, Bryan. Outline of a Theory of Citizenship. *The Journal of British Sociological Association*. Vol.24. N°2, 1990.

WACQUANT, Löic. *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WIRTH, L. “O Urbanismo como Modo de Vida”, In Velho, G. *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

---

<sup>1</sup> <http://www.ics.ul.pt/asp>

<sup>2</sup> A aplicação do questionário no Brasil foi realizada no início de 2006 e provavelmente será estendida para outras metrópoles que integram a rede Observatório das Metrópoles. No módulo específico referente ao Rio de Janeiro a aplicação foi desenhada para que possamos comparar os resultados levando em consideração as divisões socioterritoriais da metrópole fluminense.

<sup>3</sup> Cf. IBGE, *Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política*. IBGE: Rio de Janeiro, 1997.

<sup>4</sup> Apesar da diferença nos escores utilizados no Brasil (de 0 a 3) e em Portugal (1 a 4), pode-se observar que as médias no primeiro caso situam as respostas entre “nunca o faria” e “não fez, mas poderia fazer”, enquanto que em Portugal as médias se encontram entre as respostas “não fez, mas poderia fazer” e “fez em anos anteriores”.

<sup>5</sup> Para uma análise mais detalhada do baixo percentual de participação cívica dos moradores das grandes metrópoles brasileiras ver, entre outros, SANTOS JUNIOR, 2001.